

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA --

GRUPO I

Questão 1

De acordo com a Declaração Universal de Direitos Humanos, todo ser humano vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, salvo em caso de

- A) perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum.
- B) desrespeito ao direito à liberdade de expressão.
- C) prática reiterada de atos contrários aos princípios da democracia.
- D) prática de atos contrários aos objetivos do Estado de direito.
- E) ataque contra quem ameaça de forma ilegítima a democracia.

Questão 2

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho decente é condição fundamental para

- I a superação da pobreza.
- II a redução das desigualdades sociais.
- III a garantia da governabilidade democrática.
- IV o desenvolvimento sustentável.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

Questão 3

Conforme a Carta da Organização dos Estados Americanos, promover a observância e a defesa dos direitos humanos nas Américas é a função principal

- A) do Conselho Permanente.
- B) do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral.
- C) da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- D) da Assembleia Geral.
- E) da Comissão Geral.

Questão 4

Ato que, acarretando encargos ao patrimônio nacional, possa resultar em revisão da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher será submetido à aprovação

- A) da Câmara dos Deputados, exclusivamente.
- B) do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
- C) da pasta ministerial competente.
- D) do presidente da República.
- E) do Congresso Nacional.

Questão 5

Assinale a opção que apresenta o nome do eixo orientador do Programa Nacional de Direitos Humanos que possui a diretriz de promover e proteger os direitos ambientais como direitos humanos, incluindo-se as gerações futuras como sujeitos de direitos.

- A) Universalização de Direitos em um Contexto de Desigualdades
- B) Educação e Cultura em Direitos Humanos
- C) Desenvolvimento e Direitos Humanos
- D) Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência
- E) Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil

Questão 6

O conselho superior da Defensoria Pública de determinado estado editou resolução por meio da qual dispôs que os subsídios dos membros da carreira seriam reajustados em 5% no ano subsequente. Os fundamentos que justificaram o ato foram os seguintes: i) a autonomia administrativa e financeira da Defensoria Pública permite que esta edite atos internos que disciplinem as questões que sejam pertinentes; ii) há a necessidade de preservar o poder aquisitivo dos defensores públicos; e iii) a manutenção do valor real da parcela única que remunera os defensores públicos está prevista na Constituição Federal de 1988. O referido ato administrativo editado pelo conselho superior estabeleceu que os subsídios não poderiam ultrapassar 90,25% do subsídio mensal, em espécie, pago aos desembargadores do tribunal de justiça daquele estado.

Com base na legislação pertinente e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a resolução editada pelo conselho superior nessa situação hipotética é

- A) constitucional, pois é possível que o conselho superior edite resolução disciplinando a questão remuneratória tendo em vista a autonomia administrativa e financeira da Defensoria Pública, porém, nesse caso, o aumento deve estar limitado a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, pago aos ministros do Supremo Tribunal Federal.
- B) inconstitucional, pois o aumento dos subsídios dos defensores públicos apenas poderia ser estabelecido por lei, caso em que deveria estar limitado a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, pago aos desembargadores do tribunal de justiça.
- C) constitucional, pois é possível que o conselho superior edite resolução disciplinando a questão remuneratória tendo em vista a autonomia administrativa e financeira da Defensoria Pública, caso em que o aumento deve estar limitado a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, pago aos desembargadores do tribunal de justiça.
- D) constitucional, pois é possível que o conselho superior edite resolução disciplinando a questão remuneratória tendo em vista a autonomia administrativa e financeira da Defensoria Pública, contudo, nesse caso, o aumento deve estar limitado a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, pago aos ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- E) inconstitucional, pois o aumento dos subsídios dos defensores públicos apenas poderia ser estabelecido por lei, caso em que deveria estar limitado a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, pago aos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Questão 7

Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), na Constituição Estadual, no que se refere à previsão de legitimidade ativa para propor ação de controle concentrado de constitucionalidade junto ao tribunal de justiça, deve ser

- A incluído, entre os legitimados, o chefe do Ministério Público estadual.
- B reproduzido o rol dos legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade no STF constante da CF, devido ao fato de ser norma de reprodução obrigatória.
- C reproduzido o rol dos legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade interventiva no STF constante da CF, devido ao fato de ser norma de reprodução obrigatória.
- D atribuída, devido à autonomia do estado-membro, a legitimidade a órgãos ou entidades públicas, cujo número mínimo deve ser de três legitimados ativos.
- E incluído, entre os legitimados, o chefe do Poder Executivo estadual.

Questão 8

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é cabível a impetração de *habeas corpus* para

- A questionar a atipicidade da conduta e a ausência de materialidade delitiva.
- B impugnar decreto de governador de estado que exija comprovação da vacinação contra a covid-19 para que pessoas possam circular e permanecer em locais públicos e privados.
- C utilizar o referido instrumento processual como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.
- D controlar a razoabilidade da duração da investigação policial.
- E comprovar que o réu por tráfico não estava associado, de modo estável, com outros corréus.

Questão 9

Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, o mandado de segurança

- A é cabível contra lei em tese.
- B não substitui a ação popular.
- C contra ato do Tribunal de Contas da União deve ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- D contra ato de outros tribunais deve ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- E contra ato de juizado especial estadual deve ser processado e julgado pelo tribunal de justiça do estado competente.

Questão 10

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no que se refere à arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), é

- A cabível a fungibilidade entre ADI e ADPF em caso de erro grosseiro insuscetível de aproveitamento.
- B incabível ADPF contra decreto regulamentador de lei do qual se depreenda controvérsia constitucional suscitada em abstrato e que ofenda diretamente a CF.
- C cabível ADPF para questionar fundamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça no exercício de sua competência relativa à uniformização da legislação federal, em caso de julgamento sob o rito dos recursos repetitivos.
- D incabível ADPF para revisar decisões judiciais, valendo-se da ação como sucedâneo recursal.
- E incabível ADPF para impugnar conjunto de decisões judiciais consideradas lesivas a preceitos fundamentais.

Questão 11

Ato administrativo eivado de nulidade do qual se tenham valido beneficiários hipossuficientes que deliberadamente tiraram proveito do erro da administração, com comprovada má-fé,

- A poderá ser revogado pelo Poder Judiciário, se for impugnado por meio de ação popular.
- B poderá ser revogado pela administração, desde que esta o faça no prazo de cinco anos.
- C deverá ser cassado pela administração, a qualquer tempo.
- D não poderá ser revisto administrativamente, pois gerou direitos a pessoas hipossuficientes.
- E deverá ser anulado pela administração, a qualquer tempo.

Questão 12

Uma federação de associações de moradores ingressou em juízo para exigir a sua contratação pela prefeitura de determinado município para a prestação de serviço de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos e, conseqüentemente, obstar a continuidade da licitação desse objeto, a qual estava em curso no município em questão.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A Como se trata de hipótese de inexigibilidade de licitação, o Poder Judiciário poderá impedir a licitação.
- B Como se trata de hipótese de dispensa de licitação, o Poder Judiciário poderá impedir a licitação.
- C Como não se trata de associação de pessoas físicas, a hipótese não é contemplada pela dispensa de licitação.
- D Como a realização do objeto posto em licitação é de exclusividade legal das associações e cooperativas de catadores, não há discricionariedade administrativa, portanto o Poder Judiciário poderá adjudicar o contrato à federação.
- E Como se trata de hipótese de licitação municipal, a lei federal que dispõe acerca de licitações não é aplicável.

Questão 13

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito do exercício do poder de polícia, assinale a opção correta.

- A A fase de sanção do poder de polícia pode ser delegada a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta.
- B O poder de polícia é indelegável em todas as suas fases, razão pela qual não pode ser exercido por entes administrativos da administração pública indireta.
- C As fases de ordem e sanção do poder de polícia não podem ser delegadas às pessoas jurídicas de direito privado, sendo delegáveis apenas as fases de consentimento e fiscalização.
- D O poder de polícia não pode ser exercido por entes da administração pública indireta sobre entes da administração pública direta.
- E O exercício do poder de polícia é privativo dos entes administrativos com personalidade jurídica de direito público.

Questão 14

Um cidadão de baixa renda, possessor de um pequeno lote urbano no qual reside e trabalha, pretende ingressar em juízo para discutir a iminente desapropriação da área, determinada pelo município. Em razão da desapropriação, o município pagará uma indenização ao possessor, a ser feita por meio de títulos da dívida pública, consoante a legislação municipal.

Nessa situação hipotética,

- A** a posse do lote, que não se confunde com a propriedade, não pode ser objeto de desapropriação.
- B** como se trata de um imóvel de pequeno porte e produtivo, o lote está imune à desapropriação.
- C** como o ato é soberano do Poder Executivo, a indenização devida em razão da desapropriação do lote não comporta controle judicial.
- D** a legislação municipal não deve prevalecer, haja vista ser privativa da União a competência para legislar sobre desapropriação.
- E** o lote não pode ser desapropriado, pois não se permite que a indenização por desapropriação urbana seja feita mediante títulos da dívida pública.

Questão 15

Quanto aos atos de improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- A** Atos ímprobos praticados no âmbito de pessoas jurídicas de direito privado que não integram a estrutura da administração pública indireta não podem configurar atos de improbidade administrativa.
- B** Atos de improbidade administrativa podem ser imputados aos herdeiros do seu autor.
- C** Qualquer agente político ou servidor público vinculado ao Poder Legislativo pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa que cometer.
- D** O ato de improbidade administrativa pode acontecer mediante conduta dolosa ou culposa, desde que haja enriquecimento sem causa.
- E** Atos de improbidade administrativa não podem ser imputados a nenhuma pessoa jurídica.

Questão 16

No que se refere à política urbana brasileira, na perspectiva constitucional e infraconstitucional, assinale a opção correta.

- A** A intenção do constituinte originário, ao prever a edição de lei dispondo sobre as diretrizes gerais de política urbana, foi impor um planejamento urbano cogente.
- B** A competência para promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, é comum.
- C** A concessão de uso especial para fins de moradia será conferida, de forma gratuita ou onerosa, ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.
- D** A administração pode invocar, em caso de notória insuficiência orçamentária, a cláusula da reserva do possível para justificar a não implementação da regularização fundiária.
- E** A regularização fundiária caracteriza-se como um direito fundamental de indivíduos ou de grupos sociais.

Questão 17

Considerando os direitos à moradia e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado previstos no regramento brasileiro, assinale a opção correta.

- A** As normas gerais sobre regularização fundiária de áreas urbanas (REURB), instituídas pela Lei n.º 13.465/2017, estabelecem limitações à discricionariedade distrital e municipal relativamente à ordenação e à ocupação do espaço urbano e à legalização das ocupações informais e ilegais.
- B** No âmbito da Política Nacional de Mobilidade Urbana, é possível aos municípios restringir ou proibir a atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo.
- C** O inadimplemento do usuário não constitui hipótese para a interrupção dos serviços de fornecimento de água e de coleta de esgoto, conforme a Lei n.º 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.
- D** Em área de preservação permanente, a possibilidade de concessão do direito de habitação é ampla, mediante a regularização fundiária urbana, desde que sejam comprovados o adensamento populacional e os efeitos já consolidados das ações antrópicas sobre a área envolvida.
- E** No direito brasileiro, a responsabilidade civil pelo dano ambiental, qualquer que seja a qualificação do degradador, exige apenas a ocorrência do dano como requisito para a responsabilização, ao passo que a responsabilidade administrativa obedece à sistemática da teoria da culpabilidade.

Questão 18

Ainda em relação ao tema ambiental e fundiário urbano, assinale a opção correta.

- A** Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o microsistema de tutela coletiva é incompatível com a cumulatividade da condenação em dinheiro com a obrigação de fazer ou não fazer em sede de danos ambientais pretéritos.
- B** A legislação infraconstitucional de conteúdo urbanístico prescinde da participação popular e de associações representativas dos diversos segmentos da sociedade.
- C** Os municípios com mais de vinte mil habitantes estão obrigados, por lei, à elaboração de plano diretor, obrigatoriedade que não se estende à elaboração do plano de mobilidade urbana, exceto no caso de municípios integrantes de regiões metropolitanas.
- D** O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de prevenir ou cessar qualquer tipo de poluição ambiental, inclusive a sonora.
- E** O dano extrapatrimonial coletivo exige a comprovação da dor, do sofrimento ou do abalo psicológico.

Questão 19

A respeito da desapropriação de imóvel por interesse social para fins de reforma agrária, assinale a opção correta.

- A** O auxílio de força policial para vistoria do imóvel independe de autorização judicial.
- B** Ao fixar o valor da indenização, o juiz deverá se ater aos laudos periciais produzidos após a citação do expropriando.
- C** Ainda que não efetuado o levantamento da indenização, o mandado translativo do domínio em favor do expropriante será expedido.
- D** Marcada a audiência de conciliação, o curso da ação será suspenso pelo prazo fixado pelo juiz.
- E** A citação do expropriando para contestar a ação será feita a quem se encontrar no imóvel.

Questão 20

De acordo com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em um contrato de arrendamento rural, a cláusula que ajuste como preço do arrendamento uma quantidade fixa de frutos ou produtos, ou o seu equivalente em dinheiro, será considerada

- A** válida.
- B** não escrita.
- C** ineficaz.
- D** nula.
- E** anulável.

Questão 21

Conforme a Lei n.º 8.629/1993, consideram-se não aproveitáveis, para fins de reforma agrária, as áreas

- I sob efetiva exploração mineral.
- II ocupadas por viveiros.
- III imprestáveis para exploração agrícola, sendo prescindível a comprovação dessa condição.
- IV de efetiva preservação permanente.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens I e IV estão certos.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Apenas os itens III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 22

Conforme a Lei Complementar n.º 123/2006, em regra, as empresas optantes do Simples Nacional devem recolher, mensalmente,

- I o imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR).
- II o imposto sobre a renda da pessoa jurídica (IRPJ).
- III o imposto sobre produtos industrializados (IPI).
- IV a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).
- V a contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS).

Estão certos apenas os itens

- A** I e V.
- B** III e IV.
- C** I, II e V.
- D** I, II, III e IV.
- E** II, III, IV e V.

Questão 23

De acordo com a Lei n.º 8.137/1990, caso o juiz verifique onerosidade excessiva das penas pecuniárias relativas aos crimes praticados contra a ordem tributária, ele poderá reduzi-las, no máximo, até a

- A** terça parte.
- B** metade.
- C** décima parte.
- D** sexta parte.
- E** sétima parte.

Questão 24

Assinale a opção correta acerca da execução de dívida ativa da fazenda pública.

- A** Considera-se dívida ativa da fazenda pública o débito de natureza tributária igual ou superior a um salário mínimo.
- B** A inscrição em dívida ativa suspenderá a prescrição por dois anos ou até que se distribua a execução fiscal.
- C** Não cabe execução fiscal contra o espólio depois de aberta a sucessão.
- D** O foro competente para processar e julgar a dívida ativa exclui qualquer outro juízo.
- E** Iniciada a execução fiscal, não se admite emenda nem substituição da certidão de dívida ativa.

Questão 25

Julgue os itens a seguir, acerca do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

- I É supletiva a competência dos municípios para fixar alíquotas de ICMS, salvo quanto às operações iniciadas no exterior.
- II O direito de o contribuinte utilizar crédito de ICMS é imprescritível.
- III Não há incidência de ICMS em operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas o item III está certo.
- D** Apenas os itens I e II estão certos.
- E** Apenas os itens I e III estão certos.

GRUPO II**Questão 26**

Considera-se causa excludente da culpabilidade

- A** inexigibilidade de conduta diversa.
- B** estado de necessidade.
- C** consentimento do ofendido.
- D** estrito cumprimento do dever legal.
- E** exercício regular de direito.

Questão 27

A doutrina majoritária brasileira, nos crimes omissivos impróprios, no que diz respeito ao concurso de pessoas, admite

- A** apenas participação, excluindo-se a coautoria.
- B** autoria e participação.
- C** apenas a participação por omissão em crime comissivo.
- D** apenas coautoria, excluindo-se a participação.
- E** nenhuma das figuras de concurso de pessoas.

Questão 28

Quando o agente, mediante uma só ação, quer e obtém dois resultados distintos, ocorre

- A** crime continuado.
- B** concurso material homogêneo.
- C** concurso formal próprio.
- D** concurso material heterogêneo.
- E** concurso formal impróprio.

Questão 29

Na hipótese de condenado reincidente em crime doloso, o requisito temporal necessário para a concessão do benefício do livramento condicional é o cumprimento de, no mínimo,

- A** um sexto da pena.
- B** dois terços da pena.
- C** um terço da pena.
- D** metade da pena.
- E** três quintos da pena.

Questão 30

Será necessária representação para que se proceda à ação penal no crime de

- A** receptação, cuja vítima seja o irmão do agente.
- B** roubo praticado pelo filho contra o pai.
- C** extorsão praticado pelo pai contra o filho homem.
- D** furto praticado por sobrinho contra o tio que possua, à época dos fatos, sessenta e dois anos de idade.
- E** estelionato praticado contra o cônjuge na constância da sociedade conjugal.

Questão 31

Indivíduo maior e capaz, sob a alegação de que estava doente e precisava de material genético humano, praticou atos libidinosos com adolescente de 15 anos de idade, o qual consentiu com a prática em razão da argumentação do maior.

A conduta do indivíduo maior e capaz, no caso apresentado, é

- A estupro de vulnerável.
- B assédio sexual.
- C atípica.
- D violação sexual mediante fraude.
- E estupro na forma simples.

Questão 32

A conduta de adquirir arma de fogo de origem internacional, de uso permitido, mas sem o registro adequado, de forma individual, e sem caracterizar um estabelecimento de comércio clandestino, configura

- A posse ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- B contrabando.
- C porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- D porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- E comércio ilegal de arma de fogo.

Questão 33

Considera-se um objeto da criminologia

- A as ciências sociais.
- B o juiz processante.
- C a mídia.
- D o Ministério Público.
- E a vítima.

Questão 34

O crime como resultado do inadequado funcionamento da sociedade, em razão, especialmente, de uma situação social desprovida de regras ou lei, não se vislumbrando o delito como uma anomalia e considerando-se a sociedade um todo orgânico, é característica da teoria sociológica

- A ecologia criminal.
- B etiquetamento.
- C anomia.
- D associação diferencial.
- E subcultura criminosa.

Questão 35

Como exemplo de prevenção secundária estão as políticas públicas que envolvem programas

- A de melhoria de renda.
- B educacionais de apoio.
- C de estímulo ao trabalho.
- D habitacionais.
- E de prevenção policial, como rede de vizinhos.

Questão 36

Para a criminologia, deve ser encarado como um problema social e comunitário

- A o delito.
- B o delinquente.
- C o controle social.
- D a vítima.
- E a atuação do Estado.

Questão 37

A criminologia tem como característica fundamental

- A o tecnicismo na elaboração normativa.
- B a interdisciplinaridade.
- C a análise positivada do direito penal.
- D o juízo sobre a efetividade do direito processual penal.
- E o estudo do ordenamento jurídico pátrio como um todo.

Questão 38

Nos termos da Lei de Execução Penal, a saída temporária para visita à família poderá ser concedida

- A por prazo não superior a dez dias, a cada benefício.
- B até cinco vezes, desde que respeitado o limite máximo de trinta e cinco dias durante o ano.
- C até cinco vezes, desde que respeitado o limite máximo de cinquenta dias durante o ano.
- D aos condenados por crime hediondo cujo resultado tenha sido morte, em cumprimento de regime semiaberto, desde que submetidos a exame criminológico.
- E aos presos em regime semiaberto, sem vigilância direta, desde que utilizada a monitoração eletrônica.

Questão 39

De acordo com o Código Penal, assinale a opção correta, acerca das penas privativas de liberdade.

- A A execução da pena em regime fechado deve ser cumprida, exclusivamente, em estabelecimento de segurança máxima.
- B A pena de reclusão pode ser cumprida em regime aberto.
- C O condenado não reincidente cuja pena seja superior a quatro anos e inferior a oito anos pode, desde o princípio, cumpri-la em regime aberto.
- D O trabalho externo é vedado, em qualquer hipótese, ao preso que estiver cumprindo pena em regime fechado.
- E O condenado que cumprir pena em regime aberto e trabalhar fora do estabelecimento prisional deverá permanecer recolhido durante o período noturno, excetuando-se os dias de folga laboral.

Questão 40

Conforme a legislação em vigor, em regra, para decisão judicial determinar a progressão de regime de cumprimento da pena privativa de liberdade, o exame criminológico é

- A prescindível.
- B imprescindível nos casos de crimes hediondos.
- C prescindível apenas para a progressão para o regime semiaberto.
- D imprescindível para toda e qualquer progressão de regime de cumprimento da pena privativa de liberdade.
- E imprescindível apenas para a progressão para o regime aberto.

Questão 41

No caso de mulher gestante condenada a pena privativa de liberdade, o requisito temporal para a progressão do regime consiste no cumprimento de, no mínimo,

- A um terço da pena no regime anterior.
- B um quarto da pena no regime anterior.
- C um oitavo da pena no regime anterior.
- D metade da pena no regime anterior.
- E um sexto da pena no regime anterior.

Questão 42

As penas restritivas de direitos têm como característica a

- A irreversibilidade.
- B heteronomia.
- C universalidade.
- D cumulatividade.
- E subsidiariedade.

Questão 43

No tocante ao processo de execução da sentença absolutória imprópria e da sentença condenatória, assinale a opção correta.

- A A execução de ambas as sentenças referidas se inicia por impulso oficial, independentemente de provocação do Ministério Público.
- B Em regra, o condenado deve ser citado quando da inauguração do processo executório.
- C A pena restritiva de direitos pode ser executada provisoriamente.
- D A execução provisória da pena de multa é possível.
- E A execução provisória da medida de segurança é possível.

Questão 44

O cometimento da falta consistente na posse de aparelho celular que permita ao condenado em cumprimento de pena privativa de liberdade comunicação com outros presos ou com o ambiente externo acarreta-lhe

- A perda de todos os dias remidos, reiniciando-se a nova contagem a partir da data da infração disciplinar.
- B interrupção do prazo para a concessão do indulto, caso haja previsão expressa nesse sentido no decreto presidencial.
- C regressão para regime mais severo, após a conclusão do processo administrativo disciplinar.
- D isolamento em cela própria, pelo prazo de trinta dias, renovável por igual período, ressalvado o caso de imposição de regime disciplinar diferenciado.
- E interrupção do prazo para a concessão de livramento condicional, reiniciando-se a nova contagem a partir da data da infração disciplinar.

Questão 45

Se uma pessoa for presa em flagrante pelo crime de estupro e, em audiência de custódia, o magistrado converter sua prisão em flagrante em prisão preventiva, para concluir o inquérito, a autoridade policial terá o prazo máximo de

- A 5 dias, improrrogáveis.
- B 10 dias, improrrogáveis.
- C 30 dias, prorrogáveis.
- D 15 dias, prorrogável uma única vez.
- E 30 dias, improrrogáveis.

Questão 46

Carlos, em um mesmo contexto fático, praticou um crime de roubo circunstanciado em Ji-Paraná – RO, um roubo simples em Presidente Médici – RO e dois furtos qualificados em Castanheiras – RO.

Nessa situação hipotética, a competência para processar e julgar os crimes praticados será

- A do juízo de Ji-Paraná.
- B do juízo de Presidente Médici.
- C do juízo de Castanheiras.
- D definida por prevenção entre Ji-Paraná e Presidente Médici.
- E definida por prevenção entre as três cidades.

Questão 47

A ação civil *ex delicto* não poderá ser proposta se, na esfera penal, for

- A declarada extinta a punibilidade do agente.
- B declarada a prescrição.
- C arquivado o inquérito.
- D proferida sentença absolutória por atipicidade da conduta.
- E proferida sentença absolutória que reconheça a inexistência do fato.

Questão 48

Na investigação ou na instrução criminal, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos

- A poderá ser autorizada pelo juiz, quando a pena for igual ou superior a quatro anos.
- B poderá ser realizada, quando necessária, por meio de operação policial disfarçada.
- C não poderá exceder o prazo de quinze dias, sem possibilidade de renovação.
- D não poderá ser realizada no período noturno.
- E não poderá ser utilizada, mesmo que em matéria de defesa, se feita por um dos interlocutores sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público.

Questão 49

Na hipótese de ocorrência de nulidade após a decisão que tenha pronunciado o acusado, o recurso a ser ajuizado deverá ser

- A recurso em sentido estrito.
- B apelação.
- C reclamação.
- D protesto por novo júri.
- E agravo.

Questão 50

Caso uma pessoa seja denunciada por crime de menor potencial ofensivo e, no momento da citação pessoal, não tiver sido localizada, ela deverá ser

- A citada por edital no próprio juizado e, se não responder ao edital, deverá ter o processo contra si suspenso.
- B citada por edital em vara criminal comum e, se não responder ao edital, deverá ter o processo contra si suspenso, sendo vedado ao juízo antecipar as provas testemunhais, em razão da menor gravidade do delito.
- C declarada revel.
- D citada por edital em vara criminal comum e, se não responder ao edital, deverá ter o processo contra si suspenso, devendo o juízo antecipar todas as provas testemunhais.
- E citada por edital em vara criminal comum e, se não responder ao edital, deverá ter o processo contra si suspenso, podendo o juízo antecipar as oitivas das testemunhas que exerçam função de segurança pública.

GRUPO III**Questão 51**

No que se refere aos direitos da personalidade, assinale a opção correta.

- A O exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária.
- B É válida a disposição gratuita, ainda em vida, de parte do próprio corpo, com objetivo científico.
- C Sem que haja intenção difamatória, o nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações que a exponham ao desprezo público.
- D A vida privada da pessoa natural é inviolável.
- E O pseudônimo goza da mesma proteção conferida ao nome, independentemente da finalidade pretendida.

Questão 52

Acerca dos bens imóveis e de suas classificações, assinale a opção correta.

- A** Direitos reais sobre imóveis e ações que os asseguram são considerados bens móveis por determinação legal.
- B** Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem, adquirem o caráter de bens móveis.
- C** Direitos à sucessão aberta são considerados bens imóveis para efeitos legais.
- D** O solo é considerado bem imóvel por acessão natural.
- E** As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local perdem o caráter de bens imóveis.

Questão 53

O princípio contratual que faculta às partes se vincularem a um contrato, adquirindo direitos e obrigações, é denominado

- A** princípio do equilíbrio contratual.
- B** princípio da função social do contrato.
- C** princípio da autonomia da vontade.
- D** princípio da boa-fé.
- E** princípio da onerosidade excessiva.

Questão 54

No que concerne ao parcelamento do solo urbano conforme previsto na Lei n.º 6.766/1979, assinale a opção correta.

- A** O desmembramento é uma forma de parcelamento do solo, com abertura de novas vias e logradouros públicos, além do prolongamento, da modificação ou da ampliação dos já existentes.
- B** O loteamento é uma forma de parcelamento do solo, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- C** O parcelamento do solo somente será admitido para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal.
- D** Aprovado o projeto de parcelamento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário no prazo de 180 dias de sua aprovação, sob pena de multa de até cinquenta salários mínimos.
- E** O registro do loteamento somente poderá ser cancelado por decisão judicial.

Questão 55

É obrigação do locador de imóvel urbano arcar com as despesas relativas a

- A** salários, encargos trabalhistas, contribuições previdenciárias e sociais dos empregados do condomínio.
- B** limpeza, conservação e pintura das instalações e dependências de uso comum.
- C** manutenção e conservação das instalações e dos equipamentos hidráulicos, elétricos, mecânicos e de segurança que sejam de uso comum.
- D** decoração e paisagismo nas partes de uso comum.
- E** manutenção e conservação das instalações e dos equipamentos de uso comum destinados à prática de esportes e ao lazer.

Questão 56

Assinale a opção que indica o contrato bancário por meio do qual o banco empresta certa quantia ao cliente, o qual se obriga a pagá-la, em determinado prazo, acrescida dos encargos remuneratórios contratados.

- A** contrato de fomento mercantil
- B** contrato de depósito bancário
- C** contrato de mútuo bancário
- D** contrato de desconto bancário
- E** contrato de fiança bancária

Questão 57

João interessou-se por um anúncio realizado por um clube de vinhos e charutos que prometia a possibilidade de utilização de uma rede mundial de clubes com a mesma finalidade, em diversas localidades do mundo, sem qualquer custo adicional, o que o levou a filiar-se. Ao chegar a Miami, nos Estados Unidos da América, João se dirigiu a um dos clubes credenciados e, para sua surpresa, foi-lhe exigido o pagamento de uma tarifa de uso da unidade conveniada. Indignado, ele entrou em contato com a unidade do Brasil, onde havia feito o registro de filiação, momento em que lhe responderam que a expressão “sem custo adicional” referia-se à inexistência de acréscimo cobrado pela filiação, e não de eventual cobrança no exterior, de terceiro.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A** O clube de vinhos e charutos veiculou publicidade enganosa, que se caracteriza como aquela que induz o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.
- B** A publicidade realizada pelo clube de vinhos e charutos não vincula o contrato assinado pelo consumidor.
- C** O clube de vinhos e charutos promoveu publicidade abusiva, pois a informação passada ao consumidor, a respeito da inexistência de custo adicional na rede conveniada, era parcialmente falsa.
- D** Não houve irregularidade e as informações complementares poderiam ser facilmente buscadas nas redes conveniadas, razão pela qual não se pode exigir do fornecedor todos os detalhes do produto ofertado.
- E** O clube de vinhos e charutos fez publicidade enganosa por omissão, que se configura, basicamente, pela falta de informação de dado essencial ao serviço.

Questão 58

Joana é uma doceira de renome que, há mais de quinze anos, produz doces e bolos para festas de toda natureza, contudo ela não possui registro da atividade empresarial desenvolvida, atendendo seus clientes em sua própria residência, na cidade de Limeira – SP. A venda dos doces é a única fonte de renda de Joana.

No mês de novembro, Felipe completou um ano de idade e seus pais comemoraram a data com uma festa na cidade de Campinas – SP, local de sua residência, onde foram servidos doces e bolos encomendados a Joana. Contudo, os avós de Felipe sofreram uma infecção gastrointestinal causada pela ingestão dos produtos que, conforme verificado por uma análise técnica posterior, estavam impróprios para o consumo.

Acerca da situação hipotética anterior, assinale a opção correta, à luz do estabelecido no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

- A** O conceito de fornecedor se aplica à Joana, pois ela fornece produtos com habitualidade e onerosidade, ao passo que o conceito de consumidor se aplica apenas aos avós de Felipe.
- B** Embora sua atividade não esteja devidamente registrada em junta comercial, Joana pode ser considerada fornecedora, e os convidados da festa de aniversário, na qualidade de consumidores por equiparação, poderão pedir-lhe indenização.
- C** Eventual ação de responsabilidade civil proposta pelos avós de Felipe contra Joana deverá ser ajuizada em Limeira – SP, local da contratação.
- D** O CDC é aplicável ao caso, sendo certo que tanto os avós de Felipe quanto os demais convidados intoxicados são consumidores por equiparação e poderão pedir indenização, porém a inversão do ônus da prova só se aplicará em favor dos avós de Felipe.
- E** A atividade desenvolvida por Joana não se enquadra no conceito legal de fornecedor, razão pela qual serão aplicadas ao caso as regras previstas no Código Civil.

Questão 59

Matheus foi atraído pela propaganda que anunciava uma televisão e a possibilidade de aquisição parcelada, razão pela qual procurou a loja anunciante, a fim de conhecer o produto e as condições de parcelamento. Verificando que o valor das prestações cabia no seu orçamento, Matheus iniciou os procedimentos para a aquisição da televisão, contudo, para surpresa de Matheus, o seu parcelamento, via crediário, foi negado, sob o argumento de que seu nome estava negativado nos cadastros de proteção ao crédito. Indignado e buscando esclarecimentos, Matheus se dirigiu à empresa responsável pelo banco de dados para obter informações acerca da referida negativação e, chegando lá, foi informado de que tal esclarecimento só seria possível mediante uma ordem judicial.

Tendo como referência a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir, à luz do direito do consumidor.

- I A empresa responsável pelo banco de dados agiu no seu legítimo exercício de direito ao negar as informações a Matheus.
- II Dada a recusa no fornecimento das informações, o remédio jurídico a ser adotado por Matheus é o *habeas corpus*.
- III O consumidor tem direito a amplo acesso às informações constantes no banco de dados pertinente a sua pessoa, razão pela qual a recusa da empresa configura crime.
- IV O *habeas data* é a forma legal para garantir a Matheus o acesso às informações.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e IV estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 60

Mariana comprou uma roupa nova pela Internet. Ao receber o produto em casa, além de não ter gostado do tecido, notou que o tamanho da roupa não lhe caiu bem, razão pela qual pretende exercer o direito de arrependimento.

Acerca dessa situação hipotética e do direito de arrependimento, julgue os próximos itens.

- I Uma vez que a roupa foi adquirida em loja virtual, Mariana não tem direito de arrepender-se.
- II Mariana pode exercer o direito de arrependimento no prazo de sete dias do recebimento do produto, sem necessidade de motivação para tal desistência.
- III O prazo para arrependimento se inicia no ato da compra, logo eventual atraso na entrega do produto prejudica o exercício do direito de arrependimento.
- IV Exercido o direito de arrependimento, os valores pagos por Mariana serão devolvidos a ela necessariamente em forma de crédito para aquisição de outros produtos junto ao mesmo fornecedor.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 61

Janaína adquiriu um veículo novo em março de 2021. Ao sair com o automóvel da concessionária, percebeu um ruído no acionamento da embreagem. No mesmo momento, retornou à loja, onde foi informada pelos funcionários que tal barulho era natural, uma vez que o motor era novo. Oito meses depois, já tendo percorrido dez mil quilômetros com o veículo, retornou à concessionária para fazer a revisão e, mais uma vez, queixou-se do mesmo ruído, contudo foi informada de que se tratava de uma característica do modelo adquirido. Cerca de uma semana depois, o veículo parou de funcionar, foi rebocado até a concessionária e lá permaneceu por mais de sessenta dias. Janaína acionou o Poder Judiciário, alegando vício oculto e pleiteando o ressarcimento pelos danos materiais, além de uma indenização por danos morais.

A partir da situação hipotética anterior, julgue os itens seguintes.

- I Uma vez viciado o produto, o fornecedor tem trinta dias para sanar o vício e, caso não o faça, o consumidor pode exigir a restituição da quantia paga.
- II Em se tratando de vício oculto, o prazo decadencial de noventa dias se inicia no momento em que fica evidenciado o defeito.
- III A reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor é causa de suspensão do prazo decadencial.
- IV Por se tratar de vício do produto, a responsabilidade entre a concessionária e o fabricante é solidária.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item IV está certo.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 62

Acerca das relações de consumo, julgue os itens subsecutivos.

- I Não há relação de consumo em nenhum caso em que se trate de produto ou serviço oferecido gratuitamente pelo fornecedor.
- II Aplica-se o CDC às relações locatícias, equiparando-se o inquilino ao consumidor.
- III Os serviços públicos de água e saneamento, mesmo quando prestados diretamente pelo Estado, são objeto da relação de consumo.
- IV O CDC não se aplica aos contratos bancários e às relações de caráter trabalhista.
- V A responsabilidade civil dos profissionais liberais será apurada com a verificação de culpa.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens III e V estão certos.
- D Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- E Apenas os itens I, II, IV e V estão certos.

Questão 63

No que diz respeito ao direito processual civil brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Constituição Federal de 1988 não assegura a atuação jurisdicional nas hipóteses de ameaça a direitos.
- Ⓑ A conexão determina a reunião de processos, mesmo que um deles já tenha sido julgado.
- Ⓒ As partes têm o direito de obter, em prazo razoável, a solução integral do mérito, ressalvada a atividade satisfativa.
- Ⓓ A norma processual retroage e é aplicável imediatamente aos atos processuais praticados e às situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- Ⓔ Os meios adequados de solução de conflitos formam um modelo de sistema de justiça multiportas, o qual é plenamente reconhecido e estimulado no ordenamento jurídico pátrio.

Questão 64

Assinale a opção correta relativa ao direito processual civil brasileiro.

- Ⓐ A curatela especial é exercida, nos termos da lei, exclusivamente pelo Ministério Público.
- Ⓑ Admite-se a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- Ⓒ O assistente não é considerado litisconsorte da parte principal, ainda que a sentença influa na relação jurídica entre ele e o assistido ou o seu adversário.
- Ⓓ É defeso ao *amicus curiae* recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.
- Ⓔ No direito processual civil brasileiro, a pessoa jurídica não tem direito à gratuidade da justiça, independentemente da demonstração de insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios.

Questão 65

No que tange ao direito processual civil brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ A advocacia pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita.
- Ⓑ No exercício de suas funções, o defensor público substituto do estado de Rondônia será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude.
- Ⓒ A prática de qualquer ato processual durante a suspensão do processo é vedada, no entanto o juiz pode determinar a realização de atos urgentes, a fim de evitar dano irreparável, inclusive na hipótese de arguição de impedimento e de suspeição.
- Ⓓ Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se inválidos todos os atos realizados de outro modo, ainda que lhes preencha a finalidade essencial.
- Ⓔ A tutela da evidência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Questão 66

Com base nas disposições do Código de Processo Civil (CPC), assinale a opção correta.

- Ⓐ No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz não poderá determinar de ofício as medidas necessárias à satisfação do exequente para a efetivação da tutela específica ou a obtenção da tutela pelo resultado prático equivalente.
- Ⓑ A petição inicial deverá ser indeferida quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.
- Ⓒ Independem de prova os fatos notórios bem como aqueles admitidos no processo como controversos.
- Ⓓ Não se sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra fundação pública de direito público.
- Ⓔ A obrigação não pode ser convertida em perdas e danos, ainda que seja impossível a tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.

Questão 67

Com relação ao direito processual civil brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ É defeso ao exequente cumular várias execuções quando o executado for o mesmo, ainda que, para todas elas, seja competente o mesmo juízo e seja idêntico o procedimento.
- Ⓑ Nos procedimentos de jurisdição voluntária ou graciosa, também conhecidos como administração judicial de interesses privados, não há lide.
- Ⓒ É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, alternativamente, a efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito ou risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
- Ⓓ Em regra, os recursos impedem a eficácia da decisão.
- Ⓔ As autarquias não gozam de prazo em dobro para as suas manifestações processuais.

Questão 68

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores e o direito processual civil brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em regra, as disposições relativas ao processo de homologação judicial de divórcio ou separação consensuais não se aplicam ao processo de homologação da extinção consensual de união estável.
- Ⓑ A usucapião não pode ser arguida em defesa.
- Ⓒ Entre os legitimados para a propositura da arguição de descumprimento de preceito fundamental incluem-se o presidente da República, os governadores de estado, os membros do Congresso Nacional e das assembleias legislativas, os membros do Ministério Público e os membros da Defensoria Pública.
- Ⓓ O prazo máximo da renovação compulsória do contrato de locação comercial é de cinco anos, ainda que a vigência da avença locatícia supere esse período.
- Ⓔ Qualquer brasileiro nato é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou a entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente ou ao patrimônio histórico e cultural.

Questão 69

Quanto à legislação processual civil vigente e à jurisprudência dos tribunais superiores pátrios, assinale a opção correta.

- A** Havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário extrajudicial.
- B** Os atos processuais relativos às ações de alimentos são sempre públicos.
- C** Irmãos unilaterais não possuem legitimidade ativa e interesse processual para propor ação declaratória de reconhecimento de parentesco natural com irmã pré-morta, ainda que a relação paterno-filial com o pai comum também pré-morto não tenha sido reconhecida em vida.
- D** No caso de ação possessória em que figure no polo passivo um grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público sempre que envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica.
- E** O mandado de injunção coletivo pode ser promovido pela Defensoria Pública quando a tutela requerida for especialmente relevante para a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados.

Questão 70

Assinale a opção correta relativa ao direito processual civil brasileiro.

- A** O juizado especial tem competência para processar e julgar as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da fazenda pública, bem como as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e à capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial, desde que o seu respectivo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.
- B** É inconstitucional o artigo da Lei do Mandado de Segurança que fixa o prazo decadencial de cento e vinte dias para a impetração de *mandamus*.
- C** Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas para o julgamento de todas as demandas conexas.
- D** Para fins de comunicação eletrônica dos atos processuais, os prazos terão início no mesmo dia em que for considerada a data da publicação.
- E** Os prazos dos procedimentos regulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente são contados em dias úteis, devido à aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, que prevê o cálculo dessa forma.

Questão 71

Quando, em um ambulatório de posto de saúde, um usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) recebe tratamento com base em homeopatia, coloca-se em prática uma ação que atende ao princípio constitucional do SUS denominado

- A** economicidade.
- B** universalidade.
- C** integralidade.
- D** equidade.
- E** descentralização.

Questão 72

As prestações sanitárias, pelo Estado brasileiro, a populações indígenas no Brasil, nos termos da lei, são compreendidas como

- A** direito à assistência social, sob responsabilidade da União.
- B** direito à saúde, fora do SUS, sob responsabilidade da União.
- C** atendimento fora do SUS, por organizações não governamentais autorizadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).
- D** parte do subsistema de saúde indígena dentro do SUS, com responsabilidade preponderante da União.
- E** parte do subsistema de saúde do trabalhador dentro do SUS.

Questão 73

Uma clínica privada de hemodiálise, instalada em um município e contratada para prestar atendimento a pacientes encaminhados pela central de regulação do SUS, recebeu recentemente subvenções públicas oriundas de emendas parlamentares à lei orçamentária.

Nessa situação hipotética, a clínica, de acordo com a legislação sanitária,

- A** é uma entidade privada e sem fins lucrativos.
- B** é uma entidade filantrópica, visto que o SUS não pode contratar instituições privadas com fins lucrativos.
- C** pode ser uma entidade privada com fins lucrativos e de capital estrangeiro.
- D** pode ser uma entidade privada com fins lucrativos, desde que sem capital estrangeiro e com atuação complementar ao SUS.
- E** é uma entidade filantrópica e deve atender exclusivamente a pacientes do SUS.

Questão 74

Um segurado de um plano privado de saúde foi atendido na emergência de um hospital público, tendo o SUS arcado com despesas elevadas relativas a procedimento cirúrgico e internação nesse hospital.

Quanto à consequência jurídica do fato ocorrido nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** O SUS tem direito ao ressarcimento das despesas pelo plano privado de saúde e pelo paciente.
- B** O SUS não tem direito a nenhum ressarcimento das despesas.
- C** O SUS tem direito ao ressarcimento das despesas apenas pelo plano privado de saúde.
- D** O SUS tem direito ao ressarcimento das despesas apenas pelo paciente, o qual, por sua vez, tem direito à ação regressiva contra o plano de saúde.
- E** O SUS tem direito ao ressarcimento das despesas apenas nos casos cobertos pelo seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT).

Questão 75

Ao SUS compete, além de outras atribuições, nos termos da lei,

- A** controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e o meio ambiente.
- B** executar as ações de vigilância sanitária, epidemiológica e fitossanitária.
- C** fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para o consumo humano.
- D** formular a política e executar as ações de saneamento básico previstas no marco do saneamento privado.
- E** exercer a classificação de diversões públicas, programas de televisão e peças publicitárias com informações que alertem sobre o risco à saúde, vedada a censura prévia.

GRUPO IV

Questão 76

Quanto ao programa de apadrinhamento previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- Ⓐ A criança ou o adolescente a ser apadrinhado deve ter a idade máxima de doze anos e seu perfil será definido pela equipe técnica da entidade de acolhimento institucional.
- Ⓑ Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela justiça da infância e da juventude poderão ser executados por órgãos públicos ou por organizações da sociedade civil.
- Ⓒ O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição, para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o desenvolvimento da criança e do adolescente nos aspectos social, moral, físico, cognitivo e educacional, mas não no aspecto financeiro.
- Ⓓ Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de dezesesseis anos de idade não inscritas nos cadastros de adoção.
- Ⓔ Somente pessoas jurídicas sem fins lucrativos podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

Questão 77

No que concerne ao poder normativo do juízo da infância e da juventude previsto no artigo 149 do ECA, assinale a opção correta.

- Ⓐ Segundo o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a autoridade judiciária tem competência para, mediante portaria ou provimento, editar normas de ordem geral que, ao seu prudente arbítrio, se demonstrarem necessárias à assistência, proteção e vigilância das crianças e dos adolescentes, podendo determinar, por exemplo, o chamado toque de recolher dos menores que, desacompanhados dos pais ou de responsável, estejam nas ruas após as 22 h.
- Ⓑ Das decisões proferidas com base nesse poder normativo caberá apelação.
- Ⓒ É possível que as medidas proferidas pela autoridade judiciária em sede de poder normativo possam, excepcionalmente, ter caráter genérico.
- Ⓓ Compete à autoridade judiciária disciplinar, por meio de portaria, ou autorizar, mediante alvará, a entrada e permanência de criança ou adolescente acompanhado dos pais ou de responsável em estádio, ginásio e campo desportivo.
- Ⓔ A participação de criança e adolescente em certame de beleza não pode ser objeto de ato normativo do juízo da vara da infância e da juventude.

Questão 78

Olimpio, juiz de direito com atribuição na área da justiça da infância e da juventude no município Alfa, é casado com Raquel, cujo irmão, Túlio, pretende disputar uma vaga para o conselho tutelar no mesmo município.

Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições do ECA relativas ao conselho tutelar, assinale a opção correta.

- Ⓐ Há impedimento legal para que Túlio desempenhe a função de conselheiro tutelar no município em que Olimpio trabalha, em razão do parentesco por afinidade entre eles.
- Ⓑ A situação não impede Túlio de atuar nos atendimentos à população, desde que os casos não sejam levados à justiça da infância e da juventude.
- Ⓒ O processo para a escolha dos membros do conselho tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade da justiça da infância e da juventude e sob a fiscalização do Ministério Público.
- Ⓓ Primos são impedidos de servir no mesmo conselho tutelar.
- Ⓔ Durante o processo de escolha dos membros do conselho tutelar, é permitido ao candidato oferecer brindes de pequeno valor ao eleitor.

Questão 79

Com base na jurisprudência dos tribunais superiores acerca da colocação de criança ou adolescente em família substituta, assinale a opção correta.

- Ⓐ A regra que estabelece a diferença mínima de dezesesseis anos de idade entre adotante e adotando não pode ser relativizada.
- Ⓑ A adoção de neto pela avó (adoção avoenga) não pode ser permitida em nenhuma hipótese.
- Ⓒ Não é possível deferir a averbação do nome do pai socioafetivo no registro civil enquanto não decretada a extinção do poder familiar do pai biológico.
- Ⓓ Poderá ocorrer a adoção *post mortem* se o pretense adotante falecido tiver manifestado em vida, inequivocamente, a vontade de adotar o menor, mesmo que não tenha iniciado o procedimento de adoção quando vivo.
- Ⓔ É inadmissível o uso do nome afetivo pela criança que se encontra sob guarda provisória dos adotantes, em tutela antecipatória deferida antes da prolação da sentença de mérito da ação de adoção, em razão do princípio da imutabilidade.

Questão 80

Assinale a opção correta a respeito das ideias de pensadores clássicos para a sociologia jurídica.

- Ⓐ Hegel, como parceiro de Marx, foi o responsável pela finalização de obras importantes, como **O capital**.
- Ⓑ Marx, a partir da análise do comportamento protestante e da ascese, investiga o desenvolvimento do capitalismo e de questões religiosas.
- Ⓒ Weber é considerado o pai da sociologia.
- Ⓓ Weber trouxe como ponto importante para a sociologia do direito e do Estado a categorização dos tipos de dominação.
- Ⓔ Comte, criador da teoria do fato social, explica a necessidade de existência da norma jurídica com base na ideia de controle dos sujeitos desviantes.

Questão 81

Acerca da denominada pré-sociologia do direito, assinale a opção correta.

- Ⓐ A democracia grega assemelhava-se à atual democracia representativa.
- Ⓑ Aristóteles era conhecido por seu caráter questionador e defendia a participação das mulheres nas decisões da *pólis*.
- Ⓒ As bases do Estado de direito foram construídas no âmbito do pensamento medieval sobre a organização social dos feudos.
- Ⓓ Locke defendia ideias sobre a necessidade de separação entre igreja e Estado.
- Ⓔ Rousseau, devido ao fato de considerar o homem lobo do próprio homem, defendia o absolutismo.

Questão 82

Em sua obra **Vigiar e punir**, Michel Foucault

- Ⓐ analisa a história da loucura e dos manicômios.
- Ⓑ justifica, na descrição do suplício como resposta a um ato criminoso, as penas corporais como resposta às vítimas.
- Ⓒ explica que, na chamada punição analógica, o que se espera é a retribuição do crime pela simetria da vingança.
- Ⓓ defende que a prisão é um espaço onde, irracionalmente, se limitam os corpos com função inócua para a sociedade capitalista.
- Ⓔ sugere que a prisão se consolidou socialmente como um mal necessário.

Questão 83

No que se refere ao conceito, à origem e aos elementos do Estado, julgue os itens que se seguem.

- I O Estado é uma associação humana (povo), radicada em base espacial (território), que vive sob o comando de uma autoridade (poder) não sujeita a qualquer outra (soberana).
- II Nação é um agrupamento humano homogêneo cujos membros possuem os mesmos costumes, as mesmas tradições e os mesmos ideais coletivos, falam a mesma língua e partilham laços invisíveis, como a consciência coletiva e o sentimento de pertencer a uma mesma comunidade.
- III A soberania é caracterizada pela unicidade, indivisibilidade, imprescritibilidade e indelegabilidade.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 84

Acerca das formas de governo e de Estado, julgue os itens a seguir.

- I As principais características da monarquia são a vitaliciedade, a hereditariedade e a responsabilidade do governante.
- II O federalismo brasileiro é oriundo de um federalismo por segregação, também chamado de federalismo por desagregação ou movimento centrífugo.
- III As principais características da república são a temporariedade do mandato, a elegibilidade dos representantes e a irresponsabilidade dos governantes.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas o item III está certo.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 85

A respeito dos sistemas e regimes de governo, julgue os itens subsecutivos.

- I O parlamentarismo caracteriza-se predominantemente pela divisão do Poder Executivo em duas partes: chefia de Estado, exercida pelo presidente, em uma República, ou pelo monarca, em uma monarquia; e chefia de governo, exercida pelo primeiro ministro.
- II O presidencialismo é um sistema típico das monarquias.
- III A democracia direta é caracterizada pela eleição de representantes do povo, por meio do voto, além de mecanismos de participação popular, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 86

No que diz respeito à tutela coletiva, assinale a opção correta.

- A** Cabem à Defensoria Pública a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial ou extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- B** Os órgãos públicos legitimados podem tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terão eficácia de título executivo judicial.
- C** O Ministério Público não tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviço público.
- D** A Defensoria Pública não possui legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos de que sejam titulares, em tese, as pessoas necessitadas.
- E** A Defensoria Pública pode instaurar, sob sua presidência, inquérito civil ou requisitar a qualquer organismo público ou particular certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não pode ser inferior a dez dias úteis.

Questão 87

Acerca da tutela coletiva, assinale a opção correta.

- A** O Estatuto da Pessoa Idosa foi instituído com o propósito de regular os direitos assegurados, exclusivamente, às pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.
- B** As medidas de proteção previstas no Estatuto da Pessoa Idosa não podem ser aplicadas cumulativamente e devem considerar os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- C** As condutas e as atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- D** Os entes públicos que sofreram prejuízos em razão de atos de improbidade não estão autorizados a propor ação ou a celebrar acordos de não persecução civil em relação a esses atos.
- E** Compete privativamente à União proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, bem como preservar as florestas, a fauna e a flora.

Questão 88

Quanto a aspectos diversos da tutela coletiva, assinale a opção correta.

- A** O poder público, com a colaboração da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento ou desapropriação, sendo vedadas outras formas de acautelamento e preservação.
- B** De acordo com a Lei da Ação Popular, são anuláveis os atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios nos casos de incompetência, vício de forma, ilegalidade do objeto, inexistência dos motivos ou desvio de finalidade.
- C** Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento, de curto prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir temporariamente sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- D** Diz-se que a propriedade urbana cumpre sua função social independentemente do atendimento às exigências de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
- E** A prova da cidadania, para o ajuizamento da ação popular, será feita com o título eleitoral ou com documento que a ele corresponda.

Questão 89

Ainda no que se refere à tutela coletiva, julgue os itens a seguir.

- I A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- II O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público acionar o poder público para exigi-lo.
- III É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.
- IV A população em situação de rua vivencia profunda exclusão social e jurídica, o que evidencia a necessidade de atuação da Defensoria Pública para assegurar o acesso à justiça e aos direitos desse segmento populacional, porquanto essa instituição tem como missão constitucional a promoção de direitos humanos, além de ter como público-alvo as pessoas em situação de vulnerabilidade.
- V A pessoa com transtorno mental tem direito ao acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades, à proteção contra qualquer forma de abuso ou exploração, à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade, ou não, de sua hospitalização involuntária e ao maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, III e V estão certos.
- B Apenas os itens I, II, III e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, II, IV e V estão certos.
- D Apenas os itens II, III, IV e V estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 90

Com base no Estatuto da Pessoa Idosa, julgue os itens a seguir.

- I Os princípios da prioridade absoluta e da proteção integral que regem o Estatuto da Pessoa Idosa decorrem dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.
- II O direito à cidadania é assegurado expressamente no Estatuto da Pessoa Idosa.
- III Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade absoluta somente aos maiores de oitenta anos de idade, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.
- IV A gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos, semiurbanos e interestaduais é assegurada a todas as pessoas maiores de 65 anos de idade que comprovem ter renda igual ou inferior a dois salários mínimos.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

Questão 91

O benefício assistencial ao idoso assegurado no Estatuto da Pessoa Idosa

- A é garantido a toda pessoa com 65 anos de idade ou mais.
- B é vinculado à assistência social.
- C inclui o direito ao 13.º salário.
- D depende de contribuição prévia para a previdência social.
- E acarreta o direito à pensão por morte a eventual dependente do idoso, no caso de sua morte.

Questão 92

De acordo com a Portaria n.º 73/2001 do MPAS, julgue os itens seguintes, acerca das modalidades de serviços de atenção ao idoso no Brasil.

- I A república de idosos é alternativa de espaço destinado à frequência dos idosos e de seus familiares, cofinanciada com recursos governamentais ou não governamentais, onde são desenvolvidas, planejadas e sistematizadas ações de atenção ao idoso, de forma a elevar a sua qualidade de vida, promover a participação, a convivência social, a cidadania e a integração intergeracional.
- II Na modalidade residência temporária, oferece-se suplementação financeira à família que não tem condições de prover as necessidades básicas do idoso. Um dos critérios de elegibilidade para a inclusão do idoso nessa modalidade é ele ter interesse e concordar em receber acompanhamento técnico para prevenir situações de maus-tratos.
- III A residência em casa-lar é alternativa de atendimento destinado a idosos independentes ou semidependentes que estejam sós ou afastados do convívio familiar e sem condições financeiras de arcar com o ônus integral da subsistência própria.
- IV Atendimento integral institucional é aquele prestado em instituição asilar, sob regime de internato, mediante pagamento ou não, durante período indeterminado, prioritariamente, aos idosos sem famílias, em situação de vulnerabilidade.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens II e IV estão certos.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 93

A assistência integral à pessoa idosa na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando se verificar

- I inexistência de grupo familiar.
- II inexistência de casa-lar.
- III abandono pela família.
- IV carência de recursos financeiros próprios ou da família.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 94

Quando necessária, a avaliação da deficiência de uma pessoa será

- A ambiental.
- B biopsicossocial.
- C biológica.
- D psiquiátrica.
- E biopsicológica.

Questão 95

Caberá ao poder público promover a inclusão, nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior dos cursos de engenharia, arquitetura e correlatos, de conteúdos temáticos referentes ao

- A elemento da urbanização.
- B desenho universal.
- C uso coletivo das edificações.
- D mobiliário urbano.
- E uso público das edificações.

Questão 96

Conforme a Lei Complementar Federal n.º 80/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar Federal n.º 132/2009, compete à Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública dos estados

- A** participar, com direito a voto, do Conselho Superior da Defensoria Pública.
- B** coordenar a realização de pesquisas periódicas sobre o índice de satisfação dos usuários do serviço da Defensoria Pública.
- C** instaurar representação contra membros da Defensoria Pública.
- D** auditar a prestação dos serviços realizados pela Defensoria Pública.
- E** receber, apurar e processar representação feita contra servidores da Defensoria Pública.

Questão 97

De acordo com a Lei Complementar Federal n.º 80/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar Federal n.º 132/2009, e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o defensor público poderá atuar

- A** como curador especial quando a parte em uma ação cível for citada por mandado.
- B** em favor de pessoas jurídicas, desde que estas sejam economicamente necessitadas.
- C** somente se estiver inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a partir do que terá capacidade postulatória.
- D** em favor do assistido, desde que este outorgue instrumento de mandato ao Defensor Público para a representação judicial ou extrajudicial.
- E** somente em favor de pessoas físicas que sejam economicamente necessitadas.

Questão 98

Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, os defensores públicos estaduais

- A** não têm foro especial por prerrogativa de função, devido à simetria relativa à ausência de previsão na Constituição Federal de 1988 em favor dos defensores públicos federais.
- B** podem ter foro especial por prerrogativa de função, se houver previsão em lei complementar estadual.
- C** não têm foro especial por prerrogativa de função, devido à simetria relativa à expressa vedação na Constituição Federal de 1988 aos defensores públicos federais.
- D** têm foro especial por prerrogativa de função, devido à simetria relativa à expressa previsão na Constituição Federal de 1988 em favor dos defensores públicos federais.
- E** podem ter foro especial por prerrogativa de função, se houver previsão na Constituição estadual.

Questão 99

No órgão jurisdicional onde atua, o juiz de direito, ao designar as audiências do mês vindouro, determinou que a intimação da Defensoria Pública fosse feita na pessoa do defensor público geral.

Considerando-se essa situação hipotética, a legislação de regência e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a intimação pessoal dos membros da defensoria pública

- A** não está prevista em lei, razão pela qual as intimações devem se dar por meio de publicação na imprensa oficial.
- B** é aplicável a qualquer processo, podendo ser dirigida a qualquer defensor que desempenhe suas funções em órgãos de atuação da Defensoria Pública, sendo vedado aos que atuam em órgãos da administração superior.
- C** é aplicável a qualquer processo, devendo necessariamente ser dirigida à pessoa do defensor que atua no processo em que se deu a prática do ato processual.
- D** é aplicável a qualquer processo, podendo, quando necessário, ser dirigida ao defensor público geral.
- E** não está prevista em lei, sendo aplicada, por analogia, ao Ministério Público nos processos em que os defensores públicos atuem e dirigidas aos membros que desempenhem suas funções em órgãos de atuação da Defensoria Pública.

Questão 100

O governador de determinado estado, sem ouvir o defensor público geral do estado, enviou à assembleia legislativa projeto de lei dispondo sobre a majoração dos subsídios dos defensores públicos estaduais.

Consoante a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o projeto de lei referido nessa situação hipotética é

- A** constitucional, pois o chefe do Poder Executivo tem competência privativa para dar início ao processo legislativo, sendo desnecessário ouvir previamente o defensor público geral.
- B** inconstitucional, pois, ainda que o chefe do Poder Executivo tenha competência privativa para dar início ao processo legislativo, ele deve ouvir o defensor público geral antes de enviar o projeto de lei.
- C** inconstitucional, pois a competência para iniciar o processo legislativo é privativa do defensor público geral.
- D** inconstitucional, pois a autonomia financeira e orçamentária das defensorias públicas estaduais implica a iniciativa do defensor público geral dos estados para a proposição de lei que fixe os subsídios dos membros da carreira.
- E** inconstitucional, pois, ainda que o chefe do Poder Executivo tenha competência concorrente com o defensor público geral para iniciar o processo legislativo, o referido defensor tem de ser previamente ouvido.